



PALERMO
UNIVERSITY
PRESS

HOSPITALES DURANTE EL ANTIGUO RÉGIMEN

Instituciones benéfico-asistenciales,
siglos XV-XIX

PAULA BARBERO, ANA BARRENA GÓMEZ, RICH LIZARDO (EDS.)

Studi e ricerche



Studi e Ricerche

HOSPITALES DURANTE EL
ANTIGUO RÉGIMEN
INSTITUCIONES BENÉFICO-ASISTENCIALES,
SIGLOS XV-XIX

Paula Barbero, Ana Barrena Gómez, Rich Lizardo (eds.)



PALERMO
UNIVERSITY
PRESS

Studi e Ricerche - 2

Hospitales durante el Antiguo Régimen. Instituciones benéfico-asistenciales, siglos XV-XIX, Paula Barbero, Ana Barrena Gómez, Rich Lizardo (eds.)

Comité de gestión:

Antonino Giuffrida, Roberto Rossi

Comité científico del libro:

Lorena Barco Cebrián, Isidro Dubert, Isabel dos Guimarães Sá, Domingo Luis González Lopo, Alicia Marchant Rivera, Liliana Neves, André Silva, José Miguel Rodríguez Yanes, Juan Manuel Santana Pérez, Fátima Silva, Hortensio Sobrado Correa.

© Copyright 2022 New Digital Frontiers srl
Viale delle Scienze, Edificio 16 (c/o ARCA)
90128 Palermo
www.newdigitalfrontiers.com

ISBN (a stampa): 978-88-5509-487-0
ISBN (online): 978-88-5509-488-7



Índice

Prólogo <i>Elisa Novi Chavarria</i>	VII
Presentación	XI
Bloque I - Los hospitales en Portugal y Galicia durante la Edad Moderna	
Capítulo 1 - Cuidados de higiene e de saúde pública nos hospitais portugueses da Idade Moderna. Entre as permanências e as mudanças MARIA MARTA LOBO DE ARAÚJO	45
Capítulo 2 - Espírito e matéria num hospital da primeira globalização. O Hospital Real de Todos-os-Santos de Lisboa (1492-1620) ISABEL DOS GUIMARÃES SÁ	65
Capítulo 3 - O auxílio das Misericórdias e dos seus hospitais aos peregrinos e viajantes (séculos XVII e XVIII) LILIANA NEVES	85
Capítulo 4 - La asistencia hospitalaria en Galicia en la Edad Moderna. Estudio bibliométrico (1950-2020) SILVIA SIERRA ROLLE	103
Bloque II - Los reformadores y otros actores en Castilla en el Antiguo Régimen	
Capítulo 5 - La reforma antes de la reforma. Toledo y el hospital de la Santa Cruz (1494-1517) RAÚL VILLAGRASA-ELÍAS	123
Capítulo 6 - La centralización de las instituciones caritativas después del Concilio de Trento RICH LIZARDO	149

Capítulo 7 - Vagabond healers and deviant cures. Religio-medical healers at the early modern Castilian hospital BRADLEY J. MOLLMANN	169
Capítulo 8 - Pleitos sobre enfermedades contagiosas en la Chancillería de Valladolid, ss. XVI-XIX RAFAEL MALDONADO DE GUEVARA DELGADO	187
Bloque III - La Ilustración desde el centro hasta la periferia. Transmutación, cambio en su forma y espacio	
Capítulo 9 - Transmutación del ejercicio sanitario malacitano a fines de la modernidad.El caso del Colegio de Náutica de San Telmo ANA BARRENA GÓMEZ	213
Capítulo 10 - La crianza y alimentación de los niños expósitos en Gran Canaria al final del Antiguo Régimen. Las amas de cría MANUEL LOBO CABRERA	227
Capítulo 11 - Las nodrizas de los niños expósitos en Tenerife (siglos XVIII-XIX) PAULA BARBERO	247
Capítulo 12 - Divenire minoranza, il trattamento della follia in età borbonica. L'Ospizio di Santa Teresa di Palermo (XIX secolo) VALERIA PATTI	265
Epílogo <i>Isidro Dubert</i>	287

Capítulo 3 - O auxílio das Misericórdias e dos seus hospitais aos peregrinos e viajantes (séculos XVII e XVIII)

LILIANA NEVES¹

UNIVERSIDADE DO MINHO

1. Introdução

Os últimos anos do século XV, em Portugal, ficaram marcados pela criação da primeira Misericórdia do reino, a Santa Casa de Lisboa. De forma rápida e contínua, assistiu-se à propagação das suas congéneres, por todo o território continental, ilhas e colónias. Criou-se, desta forma, uma extensa rede composta por Misericórdias e seus hospitais, onde as elites tinham um local de destaque e a população mais desfavorecida conseguia aplacar algumas das suas carências (Sá, 2002: 19-45; Sá, 2004: 7-21; Araújo, 2007: 2-19; Sá e Lopes 2008: 24-48).

As Misericórdias transformaram os espaços onde se localizavam, quer pela monumentalidade dos edifícios que construíram, como igrejas e hospitais, quer pela intensa prática de caridade junto dos mais desfavorecidos. Estas irmandades tornaram-se polos de atração para a população local e estrangeira e situavam-se, quase sempre, em locais centrais, como as principais praças das vilas e cidades. Do seu auxílio dependiam os pobres, doentes, peregrinos e viajantes. Estes batiam às portas da confraria em busca de uma esmola ou de um local para repousar e tratar as suas doenças.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, verificamos que uma das grandes preocupações, dos irmãos das Santas Casas, era o bom funcionamento das enfermarias e a acomodação e cuidados de higiene

¹ Liliana Neves é investigadora do Lab2PT e bolseira de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, com referência de bolsa SFRH/BD/135711/2018.

praticados para com os doentes após as grandes e mortíferas pestes medievais. Neste período, os ideais higienistas propagavam-se pela Europa e chegavam às cidades do noroeste português, onde os irmãos das Misericórdias faziam reparos e correções às formas de atuação dos seus médicos e hospitaleiros.

2. A assistência das Misericórdias e seus hospitais aos peregrinos e viajantes

Assistir os peregrinos e viajantes era uma ação de grande relevância, no período medieval, uma vez que estes indivíduos viviam à semelhança de Cristo. Desapegavam-se dos seus bens terrenos, da casa, da família e partiam pelo mundo, passando por grandes dificuldades (Marques, 1989: 27). Aplacá-las era uma tarefa meritória, uma vez que ajudando os pobres desamparados, ajudava-se a Deus. Esta crença tinham os monges beneditinos e, por isso, os seus mosteiros destacaram-se no acolhimento dos peregrinos e viajantes, instalando-se junto aos caminhos e às principais vias de circulação (Marques, 1989: 17).

No período medieval, os peregrinos gozavam de uma proteção especial, não precisando de pagar portagens e podendo fazer o seu testamento a qualquer momento da jornada (Marques, 1989: 10-13). Contudo, na época moderna, a visão sobre os caminhanes viria a mudar e a condicionar a liberdade e segurança anteriormente existentes (Woolf, 1989: 46-49; Barreiro Mallón e Rey Castelao, 1998: 28-31; Lopes, 2000: 52-142; Abreu, 2014: 19-28).

Ao longo das jornadas era imperativo que os peregrinos e viajantes encontrassem locais onde pudessem pernoitar. Além dos mosteiros, existiam estalagens e albergarias, onde podiam comprar uma refeição e dormir, mediante pagamento. Havia ainda albergues instituídos por legados, que deixavam edifícios e rendas para a sua criação e manutenção. Por norma, eram pequenos espaços, algumas com capacidade para apenas duas ou três camas (Moreno, 1986: 81; Moreira 1993: 62; Araújo, 2006: 481).

Sabe-se que na região do Minho existia, no período medieval, uma larga rede de hospedarias, especialmente quando comparada com a

Capítulo 3. O auxílio das Misericórdias e dos seus hospitais aos peregrinos e viajantes

de outras regiões portuguesas. Ao todo existiriam cerca de 180 estalagens espalhadas pelo reino. Só a Norte do rio Douro, existiriam quarenta e sete albergarias (Moreno, 1986: 81; Moreira, 1993: 62). Havia um grupo de hospitais que também se destacava, no apoio que prestava aos peregrinos e viajantes. Eram os denominados hospitais dos Palmeiros, existentes em várias vilas e cidades portuguesas, como Santarém e Porto. Estes foram instituídos por cruzados ingleses e recolhiam, por três noites, os transeuntes estrangeiros (Custódio, 2000: 33, 40). Era frequente estes hospitais localizarem-se junto das estradas de maior tráfego, e fora das muralhas que protegiam as vilas e cidade, permitindo a entrada e saída de pessoas a qualquer hora do dia ou da noite (Araújo, 2006: 498).

Contudo, o período moderno registou uma diferença significativa em relação à época medieval, tanto a nível dos modelos de assistência, quanto às peregrinações. Estas entraram em declínio, na sequência da Peste Negra e das fortes críticas dos protestantes (Plötz, 1993: 21; Mieck, 2000: 175; Julia, 2000: 60-63). Um pouco por toda a Europa, assistiu-se, neste período, à incorporação das pequenas instituições de acolhimento, a viajantes, em grandes unidades hospitalares, com espaços diferenciados para acolher doentes ou peregrinos. Foi neste contexto que surgiram os grandes hospitais, como o de Roncesvalles e o de Santiago de Compostela (Sá, 1990: 44; Gallet, 1996: 179-191; Araújo, 2002: 192-196).

Também em Portugal, no século XV, a Coroa promoveu a aglutinação de pequenos hospitais em edifícios maiores, sendo muitos deles incorporados nas Misericórdias. O expoente máximo dos novos edifícios hospitalares foi o Hospital Real de Todos os Santos, em Lisboa. Seguiu o modelo dos homólogos italianos, à época considerados os mais avançados da Europa. Era composto por dois pisos e possuía salas diferenciadas para o tratamento das diversas maleitas e para o acolhimento dos peregrinos e viajantes (Sá, 1996: 92-98; Abreu, 2014: 39-53).

Os hospitais das Misericórdias desempenharam um papel importante no auxílio aos peregrinos e viajantes, não os restringindo apenas à possibilidade de pernoitarem nos seus edifícios. Procuraram auxiliá-los atenuando-lhes dificuldades, socorrendo as suas mais diversas necessidades e, muitas vezes, assegurando a sua sobrevivência.

Foram, por esse motivo, imperativos para o movimento de pessoas, através das estradas e caminhos do Portugal Moderno.

3. Esmolas, cartas de guia e cavalgadas

A doação de esmolas consistia no apoio base prestado pelas Misericórdias, aos peregrinos e viajantes. Nem todas as Santas Casas possuíam hospitais onde pudessem albergar a população em trânsito. Todavia, essa realidade não se traduzia em falta de auxílio. Por norma, as Misericórdias davam uma esmola aos peregrinos e viajantes que batiam à sua porta. Os valores desses apoios podiam ser muito variáveis. Apercebemo-nos de que com frequência, no século XVII, esmolavam-se com 20 réis os passageiros portadores de carta de guia. Aos que não tinham esse documento podiam ser dados apenas 10 réis. Procurava-se, desta forma, estabelecer uma diferenciação entre os verdadeiros peregrinos e viajantes e os mendigos que vagueavam pelas estradas. No caso de serem pessoas consideradas de maior qualidade, ou clérigos, as esmolas podiam ser maiores, na ordem dos 50 a 100 réis. O valor dos donativos também dependia do número de pessoas. Assim, pais acompanhados pelos filhos eram apoiados com maior valor monetário (Neves, 2017: 108-112).

Mesmo as Misericórdias menos poderosas, que por vezes se debatiam com graves problemas financeiros, asseguravam a doação de esmolas a peregrinos e viajantes. Em algumas, esses donativos eram uma das poucas despesas que apresentavam nos seus registos, como acontecia na Santa Casa de Caminha². Noutros casos, eram suspensas as restantes esmolas, em razão do auxílio aos peregrinos e viajantes. Foi o que aconteceu no hospital de São Marcos, no ano de 1672, quando, durante a Guerra da Restauração, o provedor e os irmãos assentaram cortar em «Agosto e Setembro a esmollaria em razão do gasto que se faz com os soldados e mais passageiros»³.

² Arquivo Distrital de Viana do Castelo, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Caminha, *Livro de Receita e Despesa do Hospital*, n. 7.35.3.13.

³ Arquivo Distrital de Braga, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de Termos de 1662-1676*, n. 8, fol. 15v.

Capítulo 3. O auxílio das Misericórdias e dos seus hospitais aos peregrinos e viajantes

Em algumas Santas Casas, pelas suas dificuldades ou pobreza, eram os próprios provedores e irmãos que davam as esmolas do seu bolso, ou então os habitantes locais. Vejamos o que ocorreu em Viana da Foz do Lima, em 1716, quando a confraria registou em Mesa, não ter feito despesas com cartas de guia, pois alguns devotos tinham-nas provido. Desta forma, a Misericórdia ficou livre desse encargo, num momento em que se via a braços com enormes despesas por estarem a decorrer obras na Igreja (Magalhães, 2013: 257).

Além da esmola monetária, era comum as Misericórdias fornecerem uma carta de guia aos viajantes oriundos da circunscrição territorial onde estavam implementadas. Esse documento assumia-se como um passaporte, onde o provedor atestava a pobreza do indivíduo, a razão pela qual se encontrava em trânsito, a sua origem e destino. Solicitava, ainda, o auxílio das suas congéneres (Araújo e Esteves, 2007: 207-225; Neves, 2017: 108-112). Além das cartas de guia, as Santas Casas também garantiam o transporte aos peregrinos e viajantes que não estavam em condições de caminhar, suportando os gastos com as bestas e cavalgaduras. Entre as cavalgaduras mais baratas, estavam aquelas que se deslocavam para locais próximos, e podiam ter valores entre os 120 a 240 réis. Todavia, o mais comum era esses transportes atingirem valores próximos dos 500 réis ou mesmo dos 1000 réis⁴.

4. Dar pousada aos peregrinos

Embora nem todas as Misericórdias possuíssem hospital, muitas delas tinham um espaço destinado aos doentes e ao acolhimento de pobres e peregrinos. Por vezes, no caso dos hospitais de maior dimensão, existia um local específico para a receção dos viajantes, denominado por casa dos passageiros ou dos peregrinos. Consistia em uma ou duas salas próximas das portas de entrada, no piso térreo. A sua localização era estratégica, pois dessa forma evitava-se que os forasteiros circulassem pelo interior do hospital, assim como se facilitava a sua entrada e saída durante a noite.

⁴ Arquivo Distrital de Braga, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de Despeza 1619-1620*, n. 660; *Livro de Despeza 1749-1750*, n. 671.

Existiam casas dos passageiros em hospitais como o de São Marcos, em Braga, e o de Barcelos. Esses espaços, por vezes, debatiam-se com sérios problemas na separação dos sexos. Era comum, em ambos os hospitais supracitados, existirem queixas pela inexistência de uma ala separada para homens e mulheres, o que viria ser resolvido com a ocupação de outras salas dos edifícios⁵. Também era frequente os peregrinos e passageiros cantarem e dançarem nestes espaços. Para evitar este género de situações, os irmãos encarregavam os hospitaleiros de controlar os comportamentos, não admitindo danças nem jogos. Deviam evitar, também, que homens e mulheres dormissem juntos, mesmo que fossem casados⁶. Por vezes, os hospitais tinham espaços diferenciados para viajantes de categorias distintas. O compromisso do hospital de Barcelos de 1716 definia que haveria uma cama com melhores mantas e lençóis, para ser oferecida a algum passageiro de maior qualidade ou clérigo⁷.

Era uma preocupação constante das Misericórdias a troca da palha que servia para encher os enxergões. Quanto mais nova fosse, mais confortável se tornava, e além disso, quando a palha não era trocada durante muito tempo, tornava-se um local infestado por piolhos, carraças, pulgas, percevejos e outros parasitas. Também existiam preocupações com o fornecimento de lenha, para que as pessoas de passagem se pudessem aquecer durante a noite, e com o azeite, para manter uma candeia acesa, de forma a iluminar a entrada e saída da casa dos passageiros e do hospital. O facto de as portas estarem continuamente abertas era um problema. Por elas entrava todo o género de gente, inclusive mulheres de honra duvidosa que colocavam em causa o bom nome da Misericórdia, como nos dão conta as visitas e devassas realizadas em 1655, no Hospital de São Marcos (Araújo; 2014)⁸.

⁵ Arquivo Distrital de Braga, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de termos de 21 de Maio de 1709 até 31 de Maio de 1723*, n. 11, fol. 161r-v; Araújo, 2016: 257.

⁶ Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, *Livro de acordãos 1765-1803*, n. 0461, fols. 109v-110v; Araújo, 2016: 257.

⁷ Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, *Cumpromisso do Governo do Hospital Feyto no anno de 1716 sendo Provedor o Reverendo Manoel de Faria Deça escrivam Jozeph de Andrade e Almeida*, n. 009, fol. 4v.

⁸ Arquivo Distrital de Braga, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro das visitaçõins do ospital e Beatas e da Casa e Cervos della Anno de 1639*, n. 706.

Capítulo 3. O auxílio das Misericórdias e dos seus hospitais aos peregrinos e viajantes

Era comum que os peregrinos e viajantes pudessem permanecer apenas por três noites nos hospitais, ao fim das quais teriam de sair. No entanto, em Barcelos é referido que podiam ficar apenas uma noite no hospital. Só em caso de existir alguma intempérie é que seriam autorizados a ficar por três, ao fim das quais seriam expulsos, sem serem levadas em conta as condições meteorológicas⁹. Torna-se evidente, também, a preocupação das Misericórdias com a limpeza e asseio das casas dos passageiros. Em Barcelos, o irmão visitador, tinha a obrigação de se informar se o hospital estava a receber convenientemente os pobres e peregrinos, agasalhando-os e mantendo limpos os espaços por eles ocupados¹⁰.

A preocupação das Misericórdias com o asseio das entradas dos seus hospitais e das casas dos passageiros não se deveria apenas aos cuidados com o bem-estar destes indivíduos, mas também à própria imagem da instituição. Os peregrinos e viajantes circulavam por diversos territórios, dentro e fora do reino e passavam por vários hospitais, de outras Misericórdias, comentando sobre as suas experiências e nem sempre eram favoráveis. Existem relatos de viajantes que falam de forma depreciativa dos albergues e estalagens onde ficaram. Situações destas não interessavam aos irmãos da Misericórdia que procuravam manter um estatuto e uma imagem imaculada (Martínez García, 2000: 87-105).

5. Dar de comer e beber a passageiros

Não era muito comum as Misericórdias alimentarem os peregrinos e viajantes que se encontravam na casa dos passageiros. Faziam-no, por norma, de forma indireta, através da doação de esmolas, cujo valor permitia comprar alguns alimentos para a ceia e jornada seguinte. No hospital de Fora de Ponte de Lima, e no de São Marcos em Braga, os peregrinos e viajantes tinham acesso a púcaros, grelhas, malgas, panelas, entre outras louças, que permitiam confeccionar alimentos. Podendo, assim, comprar a carne fora do hospital e cozinhá-la no interior do hospital. Por outro lado, a Misericórdia de Viana da Foz

⁹ Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, *Livro de acordãos 1765-1803*, n. 461, fols. 109v-110v.

¹⁰ *Ibid.*

do Lima permitia que os peregrinos e viajantes, no dia da chegada, se alimentassem com a sopa dos pobres (Araújo, 2016: 237-246).

6. Assistir os enfermos em viagem

Passados os três dias a que tinham direito no hospital, os peregrinos e viajantes precisavam de continuar o seu percurso. Todavia, no caso de não terem condições de saúde para caminhar, as Misericórdias pagavam uma cavalgadura ou uma besta que os transportasse até à Santa Casa seguinte¹¹. Quando os peregrinos e viajantes chegavam doentes, ou adoeciam durante a estadia na Misericórdia, podiam ser transferidos para as suas enfermarias, onde eram alvo de todos os cuidados que a irmandade tinha com os seus doentes. As Santas Casas de Braga e Barcelos, na década de 1710, definiam que deveria haver grande cuidado na limpeza e higiene dos seus hospitais, por grassarem pestes e epidemias com facilidade. Encontramos uma grande preocupação com as enfermarias que deveriam estar sempre bem varridas. Também os lençóis e roupas de cama deviam estar imaculadamente limpos e brancos, o que nem sempre acontecia. Para o efeito, alguns hospitais davam a cinza que sobrava nas suas lareiras, para a lavadeira embranquecer as roupas das camas¹².

Os cuidados com a limpeza da comida também eram grandes, assim como com o cumprimento dos horários em que as refeições eram servidas¹³. Os irmãos reforçavam a necessidade de queimar ervas cheirosas para afastar os maus odores e de despejar, com frequência, os bacios¹⁴. O compromisso do hospital da Misericórdia de Barcelos estipulava que o provedor deveria passar diariamente nas enfermarias, falar com os doentes, perguntar se estavam a ser bem tratados pelos enfermeiros, médicos

¹¹ Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, *Livro que serve para termos e acordãos da S. Casa 1716*, n. 455, fols. 100r-101v.

¹² Arquivo Distrital de Braga, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de Devassas 1711 athe 1806*, n. 707, fols. 50v-51v.

¹³ Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, *Cumpromisso do Governo do Hospital Feyto no anno de 1716 sendo Provedor o Reverendo Manoel de Faria Deça escrivam Jozeph de Andrade e Almeida*, n. 009, fol. 4v.

¹⁴ Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, *Livro que serve para termos e acordãos da S. casa 1716*, n. 455, fols. 204v-205v.

Capítulo 3. O auxílio das Misericórdias e dos seus hospitais aos peregrinos e viajantes

e hospitaleiros, averiguar a limpeza das camas e se a comida era dada a horas certas. Nem sempre as respostas que encontrava eram positivas, havendo queixas dos hospitaleiros que se atrasavam a levar as refeições¹⁵.

Apesar de os hospitais serem locais onde os pobres eram tratados, quando estes tinham algo de seu eram obrigados a pagar as suas curas. Esta questão, no caso dos peregrinos e viajantes, era acautelada pela existência de uma carta de guia, que certificava a pobreza e justificava a necessidade de receber ajuda. Contudo, quando o documento não existia e os doentes e peregrinos necessitavam de ser auxiliados, estavam obrigados a apresentar um fiador, que ficaria encarregue de pagar os seus gastos. Sem a sua existência, não deveriam ser admitidos a tratamento pelos irmãos. Tinham, no entanto, a oportunidade de enviar a certidão alguns meses após receberem alta, e nesse caso os seus fiadores eram ilibados de pagar os custos a que estavam obrigados. Contudo, nem sempre era fácil encontrar um fiador. Verificamos que os donos das estalagens, onde estavam alojados estes indivíduos, eram chamados a desempenhar esta função, com alguma frequência. E apercebemo-nos que também os mercadores e oficiais que trabalhavam nas ruas próximas ao hospital eram apontados como fiadores com regularidade. Não sabemos, no entanto, como se processaria esta questão e com que facilidade alguém aceitaria pagar o tratamento de pessoas que não conhecia¹⁶.

7. Vestir e calçar os transeuntes

Embora não fosse muito comum, em algumas situações as Misericórdias deram vestuário e calçado aos peregrinos e viajantes. A proteção dos pés durante os longos dias de caminhada era muito importante. As feridas eram frequentes e podiam impedir a progressão das jornadas (Barret e Gurgand, 1978: 98-99). Por esse motivo, algumas Misericórdias forneciam sal para que os caminhantes lavassem os pés

¹⁵ Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, *Cumpromisso do Governo do Hospital Feyto no anno de 1716 sendo Provedor o Reverendo Manoel de Faria Deça escrivam Jozeph de Andrade e Almeida*, n. 009, fol. 4v.

¹⁶ Arquivo da Santa Casa da Misericórdia do Porto, Subarquivo do Hospital de D. Lopo de Almeida, *Hospital Entradas*, n. 18; 19; 27; 28.

e assim a pele fosse enrijecida, ajudando a evitar as feridas (Marques, 1989: 21).

Quando adoeciam, e passavam para as enfermarias, os pobres ficavam sem as suas roupas que eram retiradas para lavar e esquentar, de forma a eliminar os parasitas. Estas roupas eram anotadas e entregues, de novo, à saída (Magalhães, 2018: 59-81). No caso dos peregrinos e viajantes, estes muitas vezes eram descritos como vestidos de farrapos ou com peças muito rotas. Nessas situações, a Misericórdia podia dar uma manta ou outra peça de vestuário, para ajudar a cobrir o corpo (Ferreira, 2000: 138-139).

8. Ajudar os estrangeiros presos

Também a obra que implicava visitar os presos foi colocada em prática para com os peregrinos e viajantes. Por vezes, ao longo das suas jornadas, estes indivíduos envolviam-se em rixas, cometiam assassinatos, ou roubos e acabavam nas cadeias. No período moderno, os presos tinham de custear todas as despesas de carceragem e também as custas do processo da sua libertação. Além disso, dependiam das esmolas e do auxílio que os seus amigos e familiares lhes podiam prestar, para se alimentarem, uma vez que também a alimentação e o vestuário ficavam por sua conta. Os peregrinos e viajantes sozinhos acabavam, desta forma, numa situação de grande debilidade. Por esse motivo, recorriam às Misericórdias. A partir do momento em que integravam o rol da Santa Casa, os presos passavam a ser alimentados e vestidos pela confraria que custeava, também, a sua carceragem e processo de libertação. Podia ainda custear o seu envio para o degredo, pagando-lhes a viagem, dando-lhes roupa e garantindo-lhes alimentação durante o tempo que estavam embarcados, no caso de irem para o ultramar. Em Viseu, por exemplo, eram os presos de fora do concelho os primeiros a apresentar petição ao Cabido, alegando o abandono, nas suas súplicas, a distância da família (Ramos, 2006: 412).

Muitos foram os estrangeiros presos auxiliados pelas Misericórdias, especialmente em momentos de conflitos, quando soldados dos exércitos inimigos eram feitos prisioneiros (Esteves, 2018: 285; Magalhães, 2013: 260). As confrarias preocupavam-se com a alimentação

destes indivíduos. No caso da Misericórdia de Braga, era distribuída uma broa de pão a cada um dos presos galegos que estavam na sua cadeia, em meados do século XVII¹⁷.

As Misericórdias garantiam, também, a existência de água nas cadeias, pagando a uma mulher para a abastecer diariamente. Na Santa Casa de Barcelos, a servente encarregue de levar a água aos encarcerados era paga com «hum tostão cada mês e dez quada anno, pagos pela Sancta Izabel, e humas cazas em que costumão viver os serventes dos prezos, sitas na Rua da Nogueira»¹⁸. Silvério António de Leão, um passageiro que foi encarcerado durante a sua jornada, encontrava-se preso na cadeia de Braga por não ter sete tostões para pagar as custas. Pediu auxílio à Misericórdia para cobrir esse valor e conseguir seguir em liberdade¹⁹.

9. Enterrar os viajantes mortos

Outra importante prática caritativa levada a cabo pelas Santas Casas e realizada para com os peregrinos e viajantes, foi o seu enterramento. Não raras vezes, estes indivíduos morriam nas enfermarias dos hospitais, ou nas ruas e alpendres das vilas e cidades onde as confrarias estavam implantadas. Nesses casos, a irmandade mandava recolher os corpos e enterrá-los. Tinha, no entanto, o cuidado abrir a cova, amortalhar e celebrar uma missa pelas suas almas. Em Guimarães, por exemplo, nas primeiras décadas do século XVII, a missa fúnebre era realizada no altar privilegiado²⁰. Nem todas as Santas Casas enterravam os mortos pobres dentro das suas igrejas. Esse local era destinado às pessoas privilegiadas. No entanto, na Santa Casa de Miranda do Douro, houve casos de peregrinos e viajantes, no século

¹⁷ Arquivo Distrital de Braga, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de termos*, n. 5, fol. 91v; n. 6, fol. 174r-v.

¹⁸ Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, *Livro que serve para termos e acordãos da S. casa 1716*, n. 455, fol. 19v.

¹⁹ Arquivo Distrital de Braga, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos prezos admitidos 1725-1764*, n. 87.

²⁰ Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, *Livro de Actas da Mesa e Definitório 1597 a 1636*, n. 5, fol. 164r-v.

XVIII, enterrados no interior do edifício e não fora de portas, como era comum²¹.

Quando os moribundos eram portadores de dinheiro ou bens de valor, estes podiam ser utilizados para pagar o seu enterramento. As capas, por exemplo, eram peças de roupa que podiam ter algum valor. Por isso, alguns registos referem que se vendeu esta peça de roupa para que com o seu rendimento se recuperasse algum do dinheiro gasto no tratamento e funeral, do antigo proprietário, ou ainda para que se dissessem missas pela sua alma. Exemplo disso é:

«um home de mais de meia idade e não falou mais de que dizer que vinha de Almeida e se lhe emtendeo dizer somente que hera natural das partes da Barqua o qual se achou na deveza de Diogo de Souza e logo morreo vinha tão desprazivel que não dava sinal de si. Achouse 700 reis que se lhe disserão em missas²²».

Procuraram, também, salvaguarda espiritualmente as almas da população em trânsito. Embora seja mais difícil estudar a prática destas obras, pela falta de registos escritos sobre as mesmas, é possível encontrá-las camufladas por outras ações desenvolvidas pelas confrarias. Através das missas de alva, dos confessos, dos cuidados com os presos e da atenção prestada aos doentes moribundos, permanecendo ao seu lado, administrando os sacramentos e orando pela salvação da sua alma, podemos inferir a prática das sete obras de misericórdia espirituais.

10. Considerações finais

As práticas caritativas desenvolvidas pelas Misericórdias e seus respetivos hospitais, junto dos peregrinos e viajantes, foram para além do fornecimento de pousada. As confrarias ofereciam esmolas em dinheiro, pagavam transportes e acautelavam a saúde dos pere-

²¹ Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro, *Defuntos 1714-1760*, fol. 12r-v, fol. 56v.

²² Arquivo Distrital de Braga, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de Doentes. Entrada e Sahída desde 1704 athe 1705*, n. 75, fol. 19v.

Capítulo 3. O auxílio das Misericórdias e dos seus hospitais aos peregrinos e viajantes

grinos e viajantes que não tinham condições para seguir viagem, permitindo-lhes ficar nas suas enfermarias até estarem convalescidos.

Algumas das Santas Casas garantiram a alimentação desses indivíduos, através da esmola, pelo fornecimento de sopa, ou pela possibilidade de cozinhar dentro dos hospitais. Além destas questões, auxiliavam os presos forasteiros, encarcerados nas cadeias das vilas e cidades, enterravam os passageiros que morriam ao longo das jornadas e, em caso de necessidade, podiam, ainda, dar calçado ou roupa para que esses homens e mulheres cobrissem os corpos rotos e esfarapados.

Torna-se evidente, desta forma, a intensa e ampla atividade desenvolvida pelas Misericórdias e seus hospitais, no apoio à população em trânsito, facilitando o seu caminho e suprindo as mais diversas necessidades que pudessem surgir ao longo do mesmo. A extensa rede de confrarias existente no período moderno teve, assim, um papel preponderante na circulação da população da época, em território nacional.

Fontes Manuscritas

Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, *Cumpromisso do Governo do Hospital Feyto no anno de 1716 sendo Provedor o Reverendo Manoel de Faria Deça escrevam Jozeph de Andrade e Almeida*, n. 009; *Livro de Termos e deliberações da Meza desde 1º de Julho de 1765 até 15 de Maio de 1803*, n. 461; *Livro que serve para termos e acordãos da S. Caza 1716*, n. 455.

Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, *Livro de Actas da Mesa e Definitório 1597 a 1636*, n. 5.

Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro, *Defuntos 1714-1760*.

Arquivo da Santa Casa da Misericórdia do Porto, Subarquivo do Hospital de D. Lopo de Almeida, *Hospital Entradas*, cota n. 18; 19; 27; 28.

Arquivo Distrital de Braga, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de termos*, n. 5; n. 6, n. 8; *Livro dos presos admitidos*

Liliana Neves

1725-1764, n. 87; *Livro de Doentes. Entrada e Saída desde 1704 até 1705*, n. 75; *Livro de Despeza 1619-1620*, n. 660; *Livro de Despeza 1749-1750*, n. 671; *Livro das visitas do hospital e Beatas e da Casa e Cervos della Anno de 1639*, n. 706.

Arquivo Distrital de Viana do Castelo, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livro de Receita e Despeza*, n. 3.22.3.1; *Livro de Receita e Despesa do Hospital*, cota n. 7.35.3.13.

Referências

- ABREU, L. (2014), *O poder e os pobres. Dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI a XVIII)*, Lisboa: Gradiva.
- ABREU, L. y PAIVA, J. P. (2006), «Introdução», en Paiva, J. P. (ed.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum, Reforço da interferência régia e elitização: o governo dos Filipes*, vol. 5, Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, pp. 7-30.
- ALMEIDA, C. A. F. (1973), «Os caminhos e a assistência no Norte de Portugal», en *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*, *Actas das 1^{as} Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, tomo I, Lisboa: Instituto de Alta Cultura, pp. 39-57.
- ARAÚJO, M. M. L. (2016), «Dar pousada aos peregrinos na Misericórdia de Braga durante a Idade Moderna», en Araújo, M. M. L. (ed.), *A intemporalidade da Misericórdia. As Santas Casas Portuguesas: Espaços e tempos*, Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga, pp. 231-260.
- ARAÚJO, M. M. L. (2014), *Memória e quotidiano. As visitas e as devassas ao Hospital de S. Marcos de Braga na Idade Moderna*, Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga.

Capítulo 3. O auxílio das Misericórdias e dos seus hospitais aos peregrinos e viajantes

- ARAÚJO, M. M. L. (2006), «Os hospitais de Ponte de Lima na era pré-industrial», *Actas do XVIII Seminário Internacional sobre Participação, Saúde e Solidariedade, Risco e Desafios*, Braga, pp. 481-492.
- ARAÚJO, M. M. L. (2002), «A reforma da assistência nos Reinos Peninsulares», *Cadernos do Noroeste*, 19, 1-2, Braga: Centro de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho, pp. 177-198.
- ARAÚJO, M. M. L. y ESTEVES, A. P. L. (2007), «Pasaportes de caridad. Las “cartas de guía” de las Misericordias Portuguesas (siglos XVII-XIX)», *Estudios Humanísticos. Historia*, 6, pp. 207-225.
- ARAÚJO, M. M. L y PAIVA, J. P. (2007), «Introdução», en Paiva, J. P. (ed.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum, Estabilidade, grandeza e crise: da Restauração ao final do reinado de D. João V*, vol. 6, Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, pp. 7-29.
- BARREIRO MALLÓN, B. y REY CASTELAO, O. (1998), *Pobres, peregrinos y enfermos. La red asistencial gallega en el Antiguo Régimen*, Santiago de Compostela: Consorcio de Santiago.
- BARRET, P. y GURGAND, J. N. (1978), *A vida dos peregrinos polo camiño de Santiago*, Vigo: Edicións Xerais de Galicia.
- CUSTÓDIO, J. (2000), «O Palácio da doença em Santarém», en Mata, L. (ed.), *João Afonso de Santarém e a assistência hospitalar escalabitana durante o Antigo Regime*, Santarém: Câmara Municipal de Santarém, pp. 18-64.
- GALLET MARCO, M. (1996), «Historia e historia de los hospitales», *Revista d'Història Medieval*, 7, pp. 179-191.
- FERRAZ, N. T. G. (2014), *A Morte e a Salvação da Alma na Braga setecentista* (Tesis Doctoral, Universidade do Minho, Braga, Portugal).
- FERREIRA, L. G. F. (2020), *Vestidos de caridade. Assistência, pobreza e indumentária na Idade Moderna: O caso da Misericórdia de Braga*, Famalicão: Edições Húmus.

- GONZÁLEZ LOPO, D. L. (2003), «Migraciones históricas de los gallegos en el espacio peninsular (Siglos XVI-XIX)», *Ohm: Obradoiro de Historia Moderna*, 12, pp. 167-182.
- JULIA, D. (2000), «Pour une géographie européenne du pèlerinage à l'époque Moderne et Contemporaine», en Boutry, P. y Julia, D. (eds.), *Pèlerins et pèlerinages dans l'Europe Moderne*, Paris: École Française de Rome, pp. 3-126.
- LOPES, M. A. (2010), «Cadeias de Coimbra. Espaços carcerários, população prisional e assistência aos presos pobres (1750-1850)», en Araújo, M. M. L., Ferreira, F. M. y Esteves, A. (eds.), *Pobreza e assistência no espaço Ibérico (séculos XVI-XIX)*, Porto: CITCEM, Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, pp. 101-125.
- LOPES, M. A. (2009), «Dos campos para Coimbra. Os migrantes nos arquivos da assistência e da repressão em finais de Antigo Regime», en Hernández Borge, J. y González Lopo, D. L. (eds.), *Movilidad de la población y migraciones en áreas urbanas de España y Portugal*, Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, pp. 93-129.
- LOPES, M. A. (2000), *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra: 1750-1850*, vols. 1-2, Viseu: Palimage Editores.
- LOPES, M. A. y PAIVA, J. P. (2008), «Introdução», en Paiva, J. P. (ed.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum, Sob o signo da mudança: De D. José I a 1834*, vol. 7, Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, pp. 7-36.
- MAGALHÃES, A. (2018), «“Vestir os nus”: As Misericórdias na prática da terceira obra de caridade corporal», en Araújo, M. M. L. (ed.), *As sete obras de misericórdia corporais nas Santas Casas de Misericórdia*, Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga, pp. 59-81.
- MAGALHÃES, A. (2017), «Os assistidos. Formas e beneficiários da actuação das Misericórdias, (1498-1910)», en Paiva, J. P. (ed.),

Capítulo 3. O auxílio das Misericórdias e dos seus hospitais aos peregrinos e viajantes

- Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 10, Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, pp. 119-161.
- MAGALHÃES, A. (2013), «Estrangeiros numa Vila Litoral. A intervenção da Misericórdia de Viana da Foz do Lima no apoio a pobres de passagem (séculos XVI-XVIII)», en Ferreira, A., Abreu, J., Pinho, I. y Costa, J. (eds.), *I Congresso Histórico Internacional as Cidades na História: População*, vol. 3, Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, pp. 253-266.
- MARQUES, J. (1989), «A assistência aos peregrinos, no Norte de Portugal, na Idade Média», *I Congresso Internacional dos Caminhos Portugueses de Santiago de Compostela*, Porto, pp. 9-22.
- MARTÍNEZ GARCÍA, L. (2000), «La Hospitalidad en el Camino de Santiago. Viejos y nuevos hospitales a fines de la Edad Media», en Estepa Díez, C., Martínez Sopena, P. y Jular Pérez-Alfaro, C. (eds.), *El Camino de Santiago. Estudios sobre la peregrinación y sociedad*, Madrid: Fundación de Investigaciones Marxistas, pp. 87-106.
- MARTINS, M. (1957), *Peregrinações e livros de milagres na nossa Idade Média*, Lisboa: Edições Brotéria.
- MIECK, I. (2000), «Le pèlerinage à l'époque moderne dans l'historiographie allemande récente», en Boutry, P. y Julia, D. (eds.), *Pèlerins et pèlerinages dans l'Europe Moderne*, Paris: École Française de Rome, pp. 175-187.
- MOREIRA, M. A. F. (1993), «A Misericórdia de Viana na rota dos peregrinos de Santiago», *Estudos Regionais*, 13-14, Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais, pp. 53-72.
- MORENO, H. B. (1986), «Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média», *Revista da Faculdade de Letras*, I série, vol. 2, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 77-89.

- PLÖTZ, R. (1993), «Peregrinatio Ad Limina Beati Jacobi», en Von Saucken, P. C. (ed.), *Santiago, La Europa Del Peregrinaje*, Barcelona: Lunwerg Editores, pp. 17-37.
- RAMOS, A. (2006), «O Purgatório dos vivos. Um espreitar pelas cadeias do distrito de Viseu no século XVIII e 1ª metade do XIX», *NW noroeste. Revista de história*, Braga: Núcleo de Estudos Históricos da Universidade do Minho, pp. 405-416.
- SÁ, I. G. (2002), «As Misericórdias da fundação à União Dinástica», en Paiva, J. P. (ed.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum, Fazer a História das Misericórdias*, vol. 1, Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, pp. 19-45.
- SÁ, I. G. (2002), «Estatuto Social e Discriminação. Formas de selecção de agentes e receptores de caridade nas Misericórdias portuguesas ao longo do Antigo Regime», *Actas do Colóquio Internacional Saúde e Discriminação Social*, Braga, pp. 303-334.
- SÁ, I. G. (2001), *As misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa: Livros Horizonte.
- SÁ, I. G. (1996), «Os Hospitais entre a assistência medieval e a intensificação dos cuidados médicos no período moderno», *Congresso comemorativo do V centenário da fundação do Hospital Real do Espírito Santo de Évora*, *Actas*, Évora: Hospital do Espírito Santo, pp. 87-103.
- SÁ, I. G. y LOPES, M. A. (2008), *História breve das misericórdias portuguesas. 1498-2000*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- SÁ, I. G. y PAIVA, J. P. (2004), «Introdução», en Paiva, J. P. (ed.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum, A Fundação das Misericórdias: O Reinado de D. Manuel I*, vol. 3, Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, pp. 7-21.
- WOOLF, S. (1989), *Los pobres en la Europa Moderna*, Barcelona: Editorial Crítica.